



A DIREÇÃO MAJORITÁRIA DA APEOESP CONCILIA COM GOVERNO E SUA POLÍTICA COLABOROU PARA COM O DESEMPREGO DE PROFESSORES EM 2024.

A resposta dada pela direção da Apeoesp às demissões e “erros”, que foi individualista, jurídica, acabou favorecendo a imposição da política de demissão e precarização do governo Tarcísio. O método da direção da APEOESP e do chapão que se formou na última eleição sindical engana a categoria, está pautado na negociação nos marcos dos ataques ditados pelo governo, e na pressão jurídica/parlamentar. Apesar de criticar a política de Tarcísio/Feder, não se opõe à política de Lula/Alckmin, que é na sua essência a mesma – em defesa da privatização, terceirização e pagamento dos juros da dívida pública, que estrangula os salários, empregos e os serviços públicos. A única forma de combate a essa política de ataque às massas é com a ação direta contra os governos burgueses, a greve. As condições de destruição nos mostram o caminho.

AS CONDIÇÕES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Há mais de uma década, o governo vem fechando salas de aulas, turnos inteiros, principalmente o noturno, e expandiu exponencialmente os PEIs (programa de ensino integral), chegamos em 2023 com 44% (2.314 unidades) das escolas no Estado de São Paulo “adequadas” a esse programa. No processo de expansão de escolas em tempo integral, o quadro de professores é drasticamente reduzido, bem como o de matrículas de alunos, somado a esse fenômeno, vimos o aumento do número de professores contratados sem estabilidade (categoria O).

O número de professores em 2013 era de 250 mil; em 2023, o número de professores não chegou a 182 mil; em 2024, o número de professores não chegou a 163 mil, e 57%, aproximadamente, são, de professores temporários. Apesar de o governo dizer que oferta 1,2 milhões de vagas nas PEIs, ele oculta que o restante, 2,3 milhões, estão distribuídos em salas superlotadas nas escolas regulares. O número de alunos matriculados nos últimos 10 anos também diminuiu.

Os dados apontam para o problema que se reflete na atribuição de aula nesta conjuntura, ligado à diminuição de aulas e vagas nas escolas em geral, e ao trabalho precarizado do professor contratado. Não há aulas na rede para o contingente de professores, atualmente, e não há vagas suficientes para alunos. Não porque professores e alunos deixaram de trabalhar e estudar, mas porque estão sendo excluídos diretamente pelo governo, em colaboração com a política da direção sindical imobilizada.

Em 2024, chegamos a esse ponto de desemprego porque a direção sindical, há muito, abandonou a campanha de estabilidade; há muito, deixou de fazer uma campa-

na contra o avanço das PEIs, que começou em 2012; há muito, deixou de fazer uma campanha contra o fechamento de salas, principalmente o turno noturno. Nos últimos 3 anos, a direção sindical abandonou por completo as assembleias, os chamados de paralisação, a luta direta em síntese.

Com o segundo mandato de Maria Isabel Noronha/PT, a política derrotista de pressão parlamentar se aprofundou, e os governos do Estado conseguiram dar sequência aos planos privatistas e de terceirização nos serviços públicos sem a luta de classes. A luta virtual e os atos simbólicos têm servido de cortina de fumaça à categoria.

A assembleia, que, a princípio, foi chamada virtualmente no dia 08 de março, foi transferida para o dia 15 de março, para que não houvesse unidade com os professores e funcionários do município de São Paulo, que também fariam assembleia pela campanha salarial e contra a municipalização de 50 escolas, que afetará 24 mil alunos e 1.200 mil professores. Só a unidade na luta coletiva com greve será capaz de barrar o avanço da municipalização, terceirização e privatização dos setores públicos.

A assembleia é o instrumento de luta da categoria, assim, mesmo que tardia, é nosso dever participar e exigir que os métodos de classe, a democracia operária e a independência de classe se cumpram, esses são os instrumentos da base, e estão na contramão da política burocrática.

PELA UNIDADE GREVISTA ENTRE PROFESSORES EFETIVOS, CONTRATADOS E DESEMPREGADOS

A instabilidade e o desemprego do professor temporário estão vinculados à defesa do emprego a todos, em unidade com os professores efetivos.

A direção sindical deve convocar a luta com toda a categoria, com uma pauta única de defesa do emprego. Está mais que claro que o objetivo dos governos, para conter a crise, é diminuir os gastos com os serviços públicos, sucateando-os e privatizando-os, e por consequência terceirizando os empregos, demitindo e rebaixando os salários.

O papel da vanguarda sindical é denunciar essa política de conciliação, exigir que o sindicato seja o organismo de luta do trabalhador, e não o trampolim para parlamentares e carreiristas. Exigir que as reuniões de representantes aconteçam para organizar a base; exigir que as assembleias sejam convocadas, amplamente, com toda a categoria, com visita às escolas, reuniões regionais, e todo o suporte que os professores precisam para participar e não serem penalizados; exigir uma luta coletiva contra as perseguições e demissões dos sindicalistas que lutam e fazem o enfrentamento direto.

Todos à assembleia do dia 15 de março na Praça da República! PELA DECRETAÇÃO DA GREVE!

- **PELA ABERTURA IMEDIATA DE SALAS E TURNOS**
- **PELA IMEDIATA ESTABILIDADE DE TODOS
OS PROFESSORES TEMPORÁRIOS.**
- **PELA REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUÇÃO SALARIAL**
- **PELO FIM DO N.E.M (NOVO ENSINO MÉDIO).**